



AZ@BXL

Número: 305 Data: 2024.03.01

No título: [Circuito Interpretativo – Roteiro dos Dabney](#)

Nota: A série atual percorre os trilhos pedestres dos Açores (61). A décima oitava edição aventura-se pelo Circuito Interpretativo – Roteiro dos Dabney. Este Roteiro desenvolve-se num dos enredos históricos mais importantes da ilha do Faial do século XIX. A família Dabney, que viveu nesta ilha ao longo de três gerações, durante 86 anos, foi responsável por uma época de prosperidade e de influência política como não se voltou a testemunhar. Este Roteiro traz a memória desses tempos para a atualidade, percorrendo as residências e os locais de preferência desta família, quer para os negócios, quer simplesmente para a prática de atividades de lazer, alguns incluídos nas Áreas de Paisagem Protegida do Monte da Guia e da Zona Central.

A antiga casa de veraneio dos Dabney foi adquirida por Charles W. Dabney em 1855. Esta casa fez parte de um complexo residencial que incluía a casa onde a família pernoitava, uma adega onde produziam vinho, um pequeno cais com abrigo para dois botes e um miradouro com uma pequena área de vinhas em forma de lira. Era o lugar de eleição das duas últimas gerações da família como local de lazer e recreio. Passavam aqui longas temporadas, normalmente desde o início do verão até finais de outubro, altura em que regressavam à sua residência na cidade. Atualmente, é propriedade do Governo Regional dos Açores e a Sede do Serviço de Ambiente e Alterações Climáticas do Faial e a Casa dos Dabney, fazendo parte do Complexo do Monte da Guia.

Devido à proteção natural oferecida e pela possibilidade de ancoragem de navios de grandes dimensões em excelentes condições de abrigo, a baía da Horta era fundamental para a proliferação dos negócios da família Dabney. A exportação de vinho, laranja, limões, tangerinas e produtos derivados da caça à baleia desenvolvida pelos Dabney fazia-se por intermédio desta baía, sobretudo em direção aos portos dos Estados Unidos, da Europa e do Báltico, chegando ainda à Índia e a Macau. Charles W. Dabney foi um dos principais impulsionadores da construção do porto artificial em 1876.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

DESTAQUES



[Orçamento de longo prazo da UE para 2021-2027: Conselho conclui a revisão intercalar](#)

[Parlamento Europeu aprova nova lei para restaurar, pelo menos, 20 % dos habitats da UE](#)

[Crimes ambientais: Parlamento Europeu aprova lista alargada de infrações e sanções](#)

[Segurança rodoviária: Parlamento Europeu valida novas regras para cartas de condução](#)

[Medidas de pesca atualizadas na zona da Conservação dos Tunídeos do Atlântico: Conselho dá luz verde final](#)

[Comissão disponibiliza mil milhões de euros para pontos de carregamento e reabastecimento no âmbito do MIE](#)

[Conselho adota regulamento relativo aos pagamentos imediatos](#)



2 a 5 de março



Conferência Europeia da Juventude

A [Conferência Europeia da Juventude](#) faz parte do Diálogo Europeu da Juventude, que é o mais importante e elaborado mecanismo de participação dos jovens na elaboração de políticas na União Europeia. Trata-se de colmatar o fosso entre os jovens e os decisores políticos e oferece aos jovens uma oportunidade única de sensibilizar os decisores políticos para o que é verdadeiramente importante para eles.

Uma vez que a Bélgica atualmente preside ao Conselho da União Europeia, [cabe-lhe](#) organizar esta Conferência Europeia da Juventude, na qual os jovens se reúnem e debatem sobre temas escolhidos. A conferência na Bélgica tem lugar durante o 10º ciclo do Diálogo Europeu da Juventude e será a segunda conferência sob a presidência do trio Espanha-Bélgica-Hungria.

4 de março



Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) vertente Energia

Os ministros [farão](#) o ponto da situação em termos de segurança do aprovisionamento e da preparação para o inverno de 2024-2025. Os ministros também trocarão pontos de vista sobre a flexibilidade enquanto instrumento essencial na transição energética.

4 e 5 de março



Conselho (Justiça e Assuntos Internos)

Os ministros [trocarão](#) pontos de vista sobre o estado geral do espaço Schengen, o espaço europeu de livre circulação e a avaliação recentemente apresentada da legislação da UE que cria a Frontex (Regulamento da UE relativo à Guarda Europeia de Fronteiras

e Costeira). A Comissão e a eu-LISA, a agência da UE que se ocupa dos sistemas informáticos no domínio da migração, da segurança e da justiça, informarão os ministros sobre o ponto da situação para assegurar a interoperabilidade dos sistemas de informação da UE para combater a criminalidade, controlar as fronteiras e gerir os fluxos migratórios. A luta contra o tráfico de droga e a criminalidade organizada figura entre as principais prioridades da Presidência belga. No setor da justiça, a tónica é colocada na melhoria da cooperação judiciária, que foi debatida em janeiro, durante a reunião informal dos ministros da Justiça. A Presidência fará o ponto da situação durante o Conselho de 5 de março.

4 a 8 de março



Jornadas Europeias dos Oceanos

Organizado pela primeira vez em 2024, as [Jornadas Europeias dos Oceanos](#) promoverão eventos relacionados com temas marítimos europeus. Abrangerão, em dias separados ao longo da semana, a Missão da UE para os Oceanos e as Águas, as prioridades futuras para os mares da Europa, a inovação azul e as oportunidades de investimento, bem como atividades de literacia dos oceanos. Inscrições [aqui](#).

5 de março



Missão "Restaurar os nossos oceanos e as nossas águas até 2030" Fórum anual: rumo a 2030

O segundo [Fórum Anual da Missão "Restaurar os nossos oceanos e as nossas águas"](#) terá lugar em 5 de março de 2024, em Bruxelas, e terá por objetivo fazer o balanço dos progressos e das principais realizações da Missão, mobilizar os intervenientes relevantes em torno dos principais resultados da Missão e preparar o terreno para a próxima fase da Missão, passando da demonstração à execução.

7 de março



Nova convocatória para candidaturas ao financiamento de 39,7 milhões de euros para apoio a redes europeias de organizações culturais e criativas

Uma nova convocatória para apresentação de candidaturas a [projetos para as Redes europeias de Organizações Culturais e Criativas](#) ao abrigo do quadro do programa Europa Criativa está [aberta](#) desde 23 de novembro do ano passado e até 7 de março de 2024, mais informações poderão ser consultadas [aqui](#). Com um orçamento de mais de 39,7 milhões de euros para o período 2024-2027, este anúncio prevê o apoio às redes de organizações membros de vários países que compartilham uma missão, regras de governo, direitos e obrigações comuns. Essas redes agrupam organismos ativos em setores mais importantes, como a arquitetura, o património cultural, a música, ou as artes do espetáculo.



Oportunidades de financiamento para promover e proteger os valores da União Europeia

Estão abertas, até 7 de março, as candidaturas para um [convite à apresentação de propostas](#) no âmbito do programa Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores (CIDV) destinado a organizações da sociedade ativas na proteção e promoção dos valores da UE. Os documentos relacionados com o convite, as orientações e outras instruções estão disponíveis na [página do convite à apresentação de propostas](#) no portal de oportunidades de financiamento e concursos da Comissão Europeia.

8 de março



Comissão consulta partes interessadas sobre a avaliação da diretiva relativa aos nitratos

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública para obter contributos de várias partes interessadas, incluindo agricultores, indústrias, ONG e cidadãos, sobre a avaliação da Diretiva Nitratos, que decorrerá até 8 de março de 2024. A avaliação [visa](#) determinar se a diretiva continua a ser eficaz na promoção de uma agricultura sustentável, na adaptação à evolução das condições ambientais e no apoio a novas práticas agrícolas. Explorará também oportunidades de simplificação, redução de custos e coerência com outra legislação, tendo simultaneamente em conta os contributos para os objetivos globais em matéria de biodiversidade.



Bem-estar dos animais – proteção dos animais durante o transporte

Com base em novos dados científicos, as regras da UE em matéria de bem-estar dos animais durante o transporte serão substituídas por um novo regulamento para melhorar o bem-estar dos animais e garantir uma concorrência leal para as empresas. As novas medidas visarão, em especial, os seguintes aspetos: aptidão para o transporte; intervalos para abeberamento

e alimentação; tempo de viagem e períodos de repouso; espaço disponível; meios de transporte; condições de transporte; exportações para países terceiros. O regulamento simplificará as regras atuais e contribuirá para um sistema alimentar sustentável. Os comentários sobre a proposta de regulamento podem ser carregados [aqui](#) até ao dia 8 de março.



Viajar — melhor proteção dos passageiros e dos seus direitos

Uma mobilidade justa também significa a proteção dos passageiros e dos seus direitos, como salientado na Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente da Comissão (ações 63 e 64): A Comissão irá rever o quadro regulamentar em matéria de direitos de passageiros, incluindo para assegurar a sua resiliência a grandes perturbações nas viagens, e incluindo opções para bilhetes multimodais. Avaliará as opções e proporá, se for caso disso, um regime de proteção financeira adequado para proteger os passageiros contra o risco de crise de liquidez ou de insolvência relativamente ao reembolso de bilhetes e, se necessário, ao repatriamento. Os comentários relativos à nova proposta de regulamento podem ser carregados [aqui](#).



Viagens organizadas — reexame das regras da UE

Tal como anunciado na sua Nova Agenda do Consumidor, de novembro de 2020, e com base no relatório de 2021 sobre a Diretiva Viagens Organizadas, a Comissão realizará, até 2022, uma análise mais aprofundada para determinar se as atuais regras da UE garantem uma proteção dos consumidores sólida e abrangente em todas as circunstâncias. A análise abrangerá as regras que regem a proteção em caso de insolvência e terá em conta as ações pertinentes anunciadas na Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente para proteger os direitos dos passageiros. Comentários [aqui](#).



Proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola — avaliação

As regras da UE sobre nitratos protegem a qualidade da água, reduzindo e prevenindo a poluição por nitratos de origem agrícola. A qualidade da água melhorou na UE, mas a poluição por nitratos pode ainda constituir um problema grave. Esta avaliação determinará em que medida estas regras deram bons resultados e se continuam a ser adequadas à sua finalidade, à luz da ambição da UE em matéria de política ambiental e climática, e dos seus objetivos de alcançar uma agricultura sustentável e resiliente e a segurança alimentar. O período de consulta pública encerra a 8 de março, sendo que os contributos podem ser partilhados nesta [ligação](#).

13 e 14 de março



Festival dos Agentes de Mudança da Bioeconomia

O evento de alto nível "Next generation bioeconomy policies - Achieving the green and fair transition through competitive sustainability" (Políticas de bioeconomia da próxima geração - Alcançar a transição ecológica e justa através da sustentabilidade competitiva) terá lugar em Bruxelas, em 13 e 14 de março de 2024, e dará voz aos jovens e aos agentes de mudança sobre a forma de avançar para uma bioeconomia sustentável e circular. Além disso, o evento ajudará a Comissão Europeia a recolher opiniões sobre uma atualização da Estratégia e do Plano de Ação para a Bioeconomia. Inscrições e informações adicionais [aqui](#).

Até 15 de março



Questionário para os fornecedores da cadeia de abastecimento agrícola e alimentar sobre práticas comerciais desleais

A Comissão Europeia [está](#) a convidar os agricultores e todos os operadores da cadeia de abastecimento alimentar a partilharem os seus pontos de vista sobre as suas experiências de práticas comerciais desleais. O [questionário](#) é, sobretudo, dirigido aos agricultores e pequenos fornecedores da UE que operam na cadeia de abastecimento agrícola e alimentar, abrangendo diferentes fases de produção e distribuição. Os inquiridos podem indicar se foram recentemente confrontados com práticas comerciais desleais ou se a legislação atual lhes oferece proteção suficiente contra compradores economicamente mais fortes.

Depois de apresentar opções de simplificação para reduzir os encargos para os agricultores da UE a 22 de fevereiro, a Comissão está também a trabalhar em ações para melhorar a posição dos agricultores na cadeia alimentar e para melhorar a luta contra as práticas comerciais desleais. Em março, a Comissão apresentará aos Estados-Membros uma série de ações que poderão abordar questões como a transparência do mercado na cadeia de valor, a aplicação da diretiva contra as práticas comerciais desleais e a luta contra a fraude.

18 e 19 de março



10.ª Cimeira Europeia das Regiões e dos Municípios

Presidentes de câmara, vereadores, ministros regionais e decisores europeus e mundiais reunir-se-ão em Mons, na Região da Valónia, na Bélgica, para debater os desafios e as soluções para o futuro da Europa e não só. Organizada pelo Comité das Regiões Europeu, em conjunto com a Região da Valónia e a Presidência belga do Conselho da União Europeia, a [10.ª Cimeira Europeia das Regiões e dos Municípios](#) proporcionará uma nova perspetiva sobre temas que estão no centro das preocupações dos cidadãos, como a democracia, o desenvolvimento sustentável, o futuro da União Europeia e o seu alargamento, a necessidade de assegurar a coesão social, económica e territorial e a resposta às consequências da guerra contra a Ucrânia. Inscrição [aqui](#).

20 e 21 de março



Jornadas Europeias da Investigação e Inovação (“I&I Days”) 2024

O evento anual emblemático de investigação e inovação da Comissão Europeia reúne decisores políticos, investigadores, empresários e o público em geral para debater e moldar o futuro da investigação e da inovação na Europa. Esta [quinta edição](#) terá lugar de 20 a 21 de março de 2024, tanto fisicamente em Bruxelas como em linha, permitindo que todos participem a partir de qualquer lugar. As [inscrições](#) já se encontram abertas.

Até 26 de março



Programa Europa Digital disponibiliza 84 milhões de euros para reforçar a IA e a cibersegurança

A Comissão Europeia [publicou](#) uma série de novos convites à apresentação de propostas para o Programa Europa Digital. Está disponível um orçamento específico de 84 milhões de euros para atividades de apoio aos Centros de Operações de Segurança com novas aplicações de IA e outras tecnologias facilitadoras, para a aplicação da legislação da UE em matéria de cibersegurança, como o Regulamento CiberResiliência, bem como para a transição europeia para a criptografia pós-quântica. A data-limite para a apresentação de candidaturas é 26 de março de 2024 às 17:00 CET.



Fórum sobre o Futuro da Agricultura

A Conferência Anual do [Fórum sobre o Futuro da Agricultura](#) terá lugar na terça-feira, 26 de março de 2024, e consistirá em painéis de discussão e diálogos moderados, intervenções interativas, oportunidades de criação de redes e exposições, em direto em Bruxelas e em linha. Serão debatidos os desafios que se colocam ao sistema alimentar e ao ambiente. Inscrições [aqui](#).

2 a 5 de abril



Connecting Europe Days 2024

O evento “[Connecting Europe Days](#)” reunirá políticos, instituições financeiras, representantes da indústria, partes interessadas do setor dos transportes e a Comissão Europeia para debater medidas concretas e trocar boas práticas sobre a criação de uma rede de transportes e mobilidade totalmente descarbonizada, resiliente, sem descontinuidades e digital na Europa. Será feito o balanço dos ambiciosos objetivos estabelecidos no Pacto Ecológico Europeu e na Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente.

11 e 12 de abril



9.º Fórum da Coesão

Uma oportunidade única para as partes interessadas refletirem sobre o importante papel que a política de coesão desempenha na melhoria do bem-estar de todas as pessoas que vivem na Europa. Numa altura de importantes desenvolvimentos climáticos, tecnológicos, demográficos e geopolíticos, a política de coesão da UE tem de evoluir para cumprir o ambicioso objetivo de tornar as regiões da Europa mais resilientes, competitivas e inclusivas, abraçando a transição ecológica e digital e melhorando as oportunidades para todos os cidadãos europeus.

Entre 11 e 12 de abril de 2024, o Fórum da Coesão reunirá cerca de mil representantes de instituições da UE, autoridades nacionais, regionais e locais de todos os Estados-Membros, parceiros sociais e económicos, organizações não governamentais,

académicos, e muitos outros que acompanharão os debates em linha. Neste [sítio Web](#), pode aceder ao programa do evento, a informações sobre os oradores e a algumas informações práticas. A participação é feita apenas por convite.

15 a 18 de abril



Fórum Mundial da Economia Circular 2024

O [principal evento](#) mundial para pensadores, fazedores e líderes da economia circular chega a Bruxelas em abril de 2024, apresentando as soluções circulares mais impactantes de todo o mundo. A participação [em linha](#) está aberta a todos.

Até 16 de abril



5 milhões de euros para apoiar traduções literárias e promoção de livros no âmbito do novo convite à apresentação de propostas do programa Europa Criativa

A Comissão Europeia lançou o [convite à apresentação de propostas 2024 para a circulação de obras literárias europeias](#) no âmbito do programa Europa Criativa. Apoiada por um orçamento de 5 milhões de euros, esta iniciativa visa facilitar a tradução, publicação, distribuição e promoção de várias formas de obras europeias de ficção, incluindo romances, poesia e banda desenhada, através de aproximadamente 40 projetos. As entidades elegíveis, quer se candidatem individualmente ou como parte de um consórcio, são convidadas a desenvolver estratégias editoriais e promocionais abrangentes para projetos que envolvam pelo menos cinco obras de ficção elegíveis traduzidas de e para línguas elegíveis. A dimensão dos projetos apoiados varia entre projetos de pequena escala (até 10 livros, 100 mil euros), projetos de média escala (até 20 livros, 200 mil euros) e projetos de grande escala (pelo menos 21 livros, 300 mil euros). Os projetos devem respeitar as condições gerais de elegibilidade e incluir um mínimo de cinco traduções. O prazo para apresentação de candidaturas é 16 de abril de 2024. Para informações pormenorizadas e procedimentos de candidatura, visite a [página](#) do convite no Portal de Financiamento e Concursos da UE.

18 de abril



Reunião de líderes: "Fit for the Future: Desafios globais, soluções regionais"

Esta reunião [foi](#) preparada por um esforço conjunto das administrações das regiões participantes no domínio da análise estratégica prospetiva. É essencial para o Governo flamengo cooperar com regiões fortes e inovadoras da UE. A elaboração de políticas a nível europeu beneficia de uma perspetiva regional. Nesta reunião, os líderes governamentais das regiões participantes procederão a uma frutuosa troca de pontos de vista sobre os desafios globais comuns e as potenciais oportunidades de cooperação, a fim de reforçar a resiliência regional e enviar um sinal forte à UE de que as principais alavancas para enfrentar os desafios globais estão nas mãos das regiões.

Até 30 de abril



Concurso para Prémios Capital Verde e Folha Verde da Europa 2026

A Comissão Europeia [lançou](#) um [convite à apresentação de propostas para que as cidades europeias empenhadas na sustentabilidade](#) se candidatem à edição de 2026 dos Prémios Capital Verde e Folha Verde da Europa. As cidades são convidadas a inscrever-se no concurso através [desta página Web](#) e podem enviar as suas candidaturas até 30 de abril de 2024. Mais informações nesta [notícia](#).



Consulta Pública sobre Ecologização das frotas empresariais

No âmbito do Pacto Ecológico Europeu e da Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente, as emissões dos transportes devem ser reduzidas em 90 % até 2050, em comparação com os níveis de 1990. Os mercados de frotas empresariais de veículos ligeiros e pesados acusam uma quilometragem anual elevada e um rápido ritmo de substituição dos veículos. Podem, portanto, encontrar-se bem posicionados para acelerar a transição para uma mobilidade de emissões nulas. Eventuais ações para acelerar esta adoção poderão complementar a aplicação das regras em vigor em matéria de emissões dos transportes rodoviários. A presente consulta [encerra](#) a 30 de abril.

9 de maio



Dia da Europa 2023

O Dia da Europa [comemora](#) a assinatura da "Declaração Schuman" a 9 de maio de 1950. Tratou-se dum plano ambicioso para garantir a paz a longo prazo na Europa do pós-guerra, que é considerado o início do que é atualmente a União Europeia. Neste mês de maio, as instituições da UE convidam-no para uma vasta gama de atividades em todos os Estados-Membros da UE, bem como nas sedes das instituições da UE em Bruxelas, Luxemburgo e Estrasburgo.



Projeto "YOUTH 4 OUTERMOST REGIONS" – Convite à apresentação de propostas

O [convite à apresentação de propostas](#) para [jovens ou equipas de jovens](#) e para [associações sem fins lucrativos ou estabelecimentos de ensino \(públicos ou privados\)](#) é divulgado no âmbito do projeto "YOUTH 4 OUTERMOST REGIONS". Oferece **apoio financeiro** na forma de subvenções a **jovens com idades entre os 15 e os 24 anos** que se candidatem individualmente ou em equipa, ou a **associações sem fins lucrativos ou estabelecimentos de ensino (públicos ou privados)** cujas atividades se desenvolvam com ou se dirijam a jovens. Os/as candidatos/as têm de ser **residentes legais de uma das nove regiões ultraperiféricas da União Europeia**: FRANÇA - Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica, Maiote, Ilha da Reunião, São Martinho; PORTUGAL - Açores, Madeira; ESPANHA - Ilhas Canárias. As ações devem contribuir para **melhorar a qualidade de vida de cidadãos e cidadãs** e fomentar o desenvolvimento local/regional, estando adaptadas à situação específica de cada região. As ações podem durar **ou 6 ou 10 meses** e dispor de um **orçamento entre 5 000 euros e 10 000 euros**.

Até 12 de maio



Prémios europeus da Produção Biológica

Estarão abertas, de 4 de março a 14 de maio, as candidaturas para a terceira edição dos prémios europeus da produção biológica. Estarão a concurso 8 prémios em 7 categorias diferentes. Reconhecem diferentes intervenientes ao longo da cadeia de valor biológica que tenham desenvolvido um projeto excelente, inovador, sustentável e inspirador que produza um verdadeiro valor acrescentado para a produção e o consumo biológicos. Estes prémios não são financeiros e serão atribuídos em 23 de setembro de 2024, que é o Dia Europeu dos Produtos Biológicos. Todas as informações [aqui](#).

Até 14 de maio



Promoção dos produtos agrícolas da UE

A política de promoção da UE visa ajudar os produtores europeus a venderem os seus produtos agrícolas num mercado mundial cada vez mais competitivo, contribuindo simultaneamente para a criação de emprego e para o crescimento a nível interno. Em 2024, a Comissão Europeia atribuirá 185,9 milhões de euros ao financiamento de atividades de promoção de produtos agroalimentares da UE que sejam sustentáveis e de elevada qualidade, quer na UE quer fora da UE. A Comissão adotou o programa de trabalho da política de promoção para 2024, que contribui para a realização das prioridades políticas da Comissão Europeia para 2019-24, em especial das prioridades da [Estratégia do Prado ao Prato](#). Os projetos de promoção selecionados em 2024 devem destacar e favorecer produtos que contribuam para os seguintes objetivos: incentivar práticas sustentáveis na agricultura da UE; melhorar o bem-estar dos animais; promover o consumo de fruta e produtos hortícolas frescos e regimes alimentares saudáveis e sustentáveis. As candidaturas terão de ser apresentadas até ao dia 14 de maio. Todas as informações [aqui](#).

29 e 30 de maio



Semana Verde 2024: rumo a uma Europa resiliente à água

Confrontada com crises recorrentes relacionadas com a água, esta edição da [conferência anual](#) irá debater o que é necessário para tornar a UE mais resistente à água. A conferência terá lugar entre quarta-feira, 29 de maio, e quinta-feira, 30 de maio. As inscrições para a conferência serão abertas em abril.

A água é um recurso vital partilhado que deve ser transmitido de geração em geração e um dos elementos essenciais para as pessoas, o ambiente e uma economia justa, sustentável e resiliente. Nos últimos anos, os cidadãos de diferentes partes do continente enfrentaram um surto de catástrofes naturais, como secas e inundações, que tornaram os desafios da UE em matéria de água ainda mais graves e desencadearam uma nova consciencialização para a necessidade de garantir uma Europa resiliente à água. As pressões sobre os recursos hídricos não se devem apenas aos impactos das alterações climáticas, mas também, em primeiro lugar, a décadas de má gestão estrutural deste precioso recurso e à poluição e degradação dos ecossistemas. Mas a resiliência da água não é apenas um desafio para a UE. A nível mundial, o ciclo da água está desequilibrado, intimamente ligado às alterações climáticas e à perda de biodiversidade, que se agravam mutuamente.

31 de maio



Culture Moves Europe: novas oportunidades de mobilidade cultural para artistas

O maior programa de mobilidade cultural da UE, denominado "Culture Moves Europe", [abriu](#) um novo convite à mobilidade individual. Destina-se a artistas e profissionais da cultura com, pelo menos, 18 anos de idade, legalmente residentes num dos 40 países do programa Europa Criativa e ativos nos seguintes setores: artes performativas, artes visuais, música, património cultural, arquitetura, design e design de moda e literatura. As [candidaturas estão abertas até 31 de maio de 2024](#).

O regime oferece bolsas de mobilidade que contribuem para as despesas de deslocação e de subsistência, que podem ser complementadas com apoio financeiro adicional para promover uma participação mais diversificada de pessoas que enfrentam obstáculos à mobilidade internacional. É oferecido um maior apoio financeiro às pessoas que viajam ecologicamente, que são pais de crianças pequenas ou que necessitam de um visto. Os artistas portadores de deficiência são particularmente encorajados a candidatar-se, uma vez que a iniciativa "Culture Moves Europe" lhes oferece um apoio especial para cobrir os custos adicionais que possam advir da deficiência, permitindo-lhes participar em projetos transfronteiriços.

11 a 13 de junho



Semana Europeia da Energia Sustentável 2024

De 11 a 13 de junho, a [Semana Europeia da Energia Sustentável](#) reúne autoridades públicas, empresas privadas, ONG e consumidores para promover iniciativas que acelerem a descarbonização através de tecnologias e soluções ecológicas, com vista a uma transição justa e equitativa para as pessoas e empresas competitivas. Mais informações [aqui](#).

Até 24 de setembro



Comissão disponibiliza mil milhões de euros para pontos de carregamento e reabastecimento no âmbito do Mecanismo Europeu de Interconexão (MIE)

A Comissão Europeia [lançou](#) um [convite à apresentação de projetos](#) no âmbito do Mecanismo Europeu de Interconexão - Mecanismo para as Infraestruturas para Combustíveis Alternativos (AFIF). Estão disponíveis mil milhões de euros para apoiar a implantação de infraestruturas de abastecimento de combustíveis alternativos para os transportes rodoviários, marítimos, fluviais e aéreos ao longo da RTE-T, a rede transeuropeia de transportes: rede rodoviária - apoio a estações de recarga elétrica de alta potência e a estações de reabastecimento de hidrogénio, bem como a estações de recarga de megawatts para veículos pesados; aeroportos - apoio ao abastecimento de eletricidade e hidrogénio; portos - apoio ao abastecimento de eletricidade e hidrogénio e, pela primeira vez, às instalações de reabastecimento de amoníaco e metanol.

7 a 10 de outubro



22ª edição da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios

A [Semana Europeia das Regiões e dos Municípios](#) (#EURegionsWeek) é o maior evento anual em Bruxelas dedicado à política de coesão. Tornou-se uma plataforma neutra para debater os desafios comuns das regiões e cidades da Europa, reunindo uma comunidade diversificada de oradores e participantes.

Qual é o objetivo da "EURegionsWeek"? Discutir os desafios comuns que se colocam às regiões e cidades da Europa e examinar possíveis soluções, reunindo políticos, decisores, peritos e profissionais da política de coesão, bem como partes interessadas do setor empresarial, da banca, do meio académico, das instituições da UE e dos meios de comunicação social; proporcionar uma plataforma para o reforço de capacidades, a aprendizagem e o intercâmbio de experiências e boas práticas para os responsáveis pela execução da política de coesão da UE e pela gestão dos seus instrumentos financeiros; facilitar a cooperação e a criação de redes entre regiões e cidades; contribuir para o debate sobre a política de coesão da UE num contexto mais vasto, incluindo investigação recente e pontos de vista de países terceiros e organizações internacionais. Todas as informações podem ser consultadas [aqui](#).



José Manuel Bolieiro apresenta elenco do XIV Governo dos Açores ao Representante da República

O presidente indigitado do XIV Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, [apresentou](#) ao Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, Pedro Catarino, a composição do elenco governativo. O XIV Governo Regional dos Açores é composto pelas seguintes personalidades: presidente do Governo Regional – José Manuel Cabral Dias Bolieiro; vice-presidente do Governo Regional – Artur Manuel Leal de Lima; secretário regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública - Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas; secretário regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades - Paulo Jorge Abraços Estevão; secretária regional da Educação, Cultura e Desporto - Sofia Heleno Santos Roque Ribeiro; secretária regional da Saúde e Segurança Social - Mónica Reis Simões Seidi; secretário regional da Agricultura e Alimentação - António Lima Cardoso Ventura; secretário regional do Mar e Pescas - Mário Rui Rilho de Pinho; secretária regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas - Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral; secretária regional da Juventude, Habitação e Emprego - Maria João Soares Carreiro; secretário regional do Ambiente e Ação Climática - Alonso Teixeira Miguel.



Eurodeputados melhoram regras para proteger os produtos agrícolas de qualidade

O Parlamento [deu](#) luz verde final à reforma das regras da UE que reforçam a proteção das indicações geográficas para o vinho, as bebidas espirituosas e os produtos agrícolas. O regulamento adotado esta quarta-feira, com 520 votos a favor, 19 votos contra e 64 abstenções, protege as indicações geográficas tanto na Internet como fora deste espaço, dá mais poderes aos produtores e simplifica o processo de registo.

Durante as negociações com os Estados-Membros, os eurodeputados insistiram que as autoridades nacionais terão de tomar medidas administrativas e judiciais para prevenir ou impedir a utilização ilegal de indicações geográficas não só *offline*, mas também *online*. Os nomes de domínio que utilizem ilegalmente as indicações geográficas serão desligados ou o acesso a estes será desativado através de bloqueio geográfico. O Instituto da Propriedade Intelectual da UE (EUIPO) definirá um sistema de alerta de nomes de domínio.

No caso da referência a um produto protegido com indicação geográfica que é utilizado enquanto ingrediente num produto transformado, esta menção - na denominação, rotulagem ou publicidade do produto transformado - só poderá acontecer quando o ingrediente for utilizado em quantidades suficientes para conferir uma característica essencial ao produto transformado. Além disso, não deverá ser utilizado qualquer outro produto comparável ao da indicação geográfica. A percentagem do ingrediente terá de ser indicada num rótulo. Um agrupamento de produtores reconhecido para o ingrediente terá de ser notificado pelos produtores do produto transformado e pode emitir recomendações sobre a utilização correta da indicação geográfica. De acordo com o regulamento atualizado, a Comissão Europeia continuará a ser o único responsável pelo controlo do sistema de indicações geográficas. O processo de registo será mais simples e o controlo das novas indicações geográficas não deverá demorar mais de seis meses.

Vinhos e espumantes portugueses «Beira Atlântico» no Registo das Indicações Geográficas Protegidas

A Comissão Europeia [aprovou](#) a proteção da denominação «Beira Atlântico» e a sua inclusão no Registo das Indicações Geográficas Protegidas (IGP). Os vinhos, vinhos espumantes, vinhos espumantes de qualidade, vinhos espumantes de qualidade aromáticos, vinhos frisantes e vinhos frisantes gaseificados com a indicação geográfica «Beira Atlântico» apresentam características diferenciadoras comuns. Caracterizam-se pela sua riqueza aromática e frescura acentuadas, marcados ainda por uma boa estrutura e acidez equilibrada e relevante.

A área geográfica da Indicação Geográfica Protegida «Beira Atlântico» é uma região que tem os seus extremos norte e sul na região litoral de Portugal Continental e em altitudes que, em geral, não ultrapassam os 250 metros acima do nível do mar. Abrange uma vasta área entre os rios Vouga e Mondego e apresenta uma orografia predominantemente plana. As vinhas raramente são cultivadas a uma altitude superior a 120 metros. Esta nova denominação foi aditada à lista de 3 841 produtos alimentares protegidos. A lista de todas as indicações geográficas protegidas pode ser consultada na base de dados [eAmbrosia](#). Estão disponíveis mais informações na página sobre os [regimes de qualidade](#) e no portal [GIView](#).

Comissão autoriza um regime de auxílio estatal francês de 300 milhões de euros para investimentos no setor agrícola

A Comissão Europeia autorizou, ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um regime de auxílios francês no valor de 300 milhões de euros para incentivar o investimento de grandes empresas ativas na transformação e comercialização de produtos agrícolas. A medida visa melhorar a competitividade e aumentar a eficiência das grandes empresas ativas na transformação e comercialização de produtos agrícolas para o período 2023-2029. Os auxílios no âmbito do regime contribuirão, assim, para assegurar uma produção alimentar viável e um crescimento sustentável. Os auxílios no âmbito do regime podem assumir a forma de subvenções diretas, bonificações de juros, empréstimos em condições favoráveis, adiantamentos reembolsáveis e garantias. O auxílio financiará 65% e, em certos casos, até 80% do investimento. O regime vigorará até 31 de dezembro de 2029. A versão não confidencial da decisão será disponibilizada sob o número de processo SA.107366 no [Registo dos Auxílios Estatais](#) no sítio *Web* da Comissão dedicado à concorrência, uma vez resolvidas as questões de confidencialidade.

Excedente comercial agroalimentar da UE continuou a aumentar em novembro de 2023

A Comissão Europeia [publicou](#) o seu último relatório mensal sobre o comércio agroalimentar relativo a novembro de 2023. Após ter atingido o seu nível mais elevado dos últimos três anos em outubro de 2023, o excedente comercial agroalimentar da UE continuou a crescer em novembro de 2023. Atingiu 6,9 mil milhões de euros, mais 3 % do que no mês anterior e 27 % em relação a novembro de 2022. Em novembro de 2023, as exportações agroalimentares da UE atingiram 20 mil milhões de euros. Desde janeiro, as exportações acumuladas atingiram 210,8 mil milhões de euros, com os principais aumentos nos produtos transformados, incluindo preparações à base de cereais e preparações de frutos e nozes. As importações agroalimentares da UE atingiram 13,1 mil milhões de euros em novembro de 2023. Em termos de produtos importados, os maiores aumentos no valor acumulado das importações registaram-se nos produtos do tabaco, no açúcar e na isoglicose, nos produtos hortícolas, nas azeitonas e no azeite.



Ambiente

Crimes ambientais: Parlamento Europeu aprova lista alargada de infrações e sanções

O Parlamento Europeu aprovou novas regras sobre crimes ambientais e sanções conexas. A nova diretiva, acordada com o Conselho a 16 de novembro de 2023, foi adotada com 499 votos a favor, 100 contra e 23 abstenções. A diretiva contém uma [lista](#) atualizada de infrações penais, incluindo o comércio ilegal de madeira, o esgotamento dos recursos hídricos, as violações graves da legislação da UE em matéria de produtos químicos e a poluição causada por navios. Os eurodeputados garantiram que as novas regras contêm as chamadas infrações qualificadas, como os incêndios florestais em grande escala ou a poluição generalizada do ar, da água e do solo, que conduzem à destruição de um ecossistema e são, por isso, comparáveis ao ecocídio.

Novas regras da UE para defender as vozes críticas da intimidação judicial

O Parlamento Europeu aprovou com 546 votos a favor, 47 contra e 31 abstenções uma nova lei, acordada com o Conselho em 30 de novembro de 2023, para garantir que indivíduos e organizações que trabalham em questões de interesse público, como direitos fundamentais, alegações de corrupção, proteção da democracia ou a luta contra a desinformação recebam proteção da UE contra processos judiciais infundados e abusivos. A [proteção](#) aplicar-se-á a todos os casos transfronteiriços, exceto quando o réu e o requerente forem do mesmo país da UE que o tribunal ou quando o caso for relevante apenas para um Estado-Membro.

Parlamento aprova nova lei para restaurar, pelo menos, 20 % dos habitats da UE

O novo regulamento define o objetivo de a União recuperar, pelo menos, 20 % das zonas terrestres e marítimas da UE até 2030 e de todos os ecossistemas que necessitam de restauro até 2050. O Regulamento Restauro da Natureza, acordado com os Estados-Membros, visa a [regeneração](#) dos ecossistemas degradados em toda a União Europeia, ajudar a alcançar os objetivos da UE em matéria de clima e biodiversidade, bem como reforçar a segurança alimentar.

Transferências de resíduos: Parlamento Europeu aprova regras mais rigorosas para a UE

O Parlamento Europeu aprovou a atualização dos procedimentos e medidas de controlo da UE para as transferências de resíduos. Com 587 votos a favor, 8 contra e 33 abstenções, os eurodeputados aprovaram o [acordo](#) alcançado com o Conselho, que visa proteger o ambiente e a saúde humana de forma mais eficaz, contribuindo simultaneamente para a economia circular e os objetivos de poluição zero da UE.

As regras para a exportação de resíduos da UE para países terceiros serão mais rigorosas. As exportações de resíduos de plástico para países não pertencentes à OCDE serão proibidas no prazo de dois anos e meio após a entrada em vigor do regulamento, enquanto as exportações para países da OCDE estarão sujeitas a condições mais rigorosas. Na UE, o intercâmbio de informações e dados sobre as transferências de resíduos será digitalizado, através de uma plataforma eletrónica central, para melhorar a comunicação de informações e a transparência. A transferência de resíduos destinados a serem eliminados noutro país da UE só será permitida em circunstâncias excecionais. A legislação também cria um grupo de controlo da aplicação da lei para melhorar a cooperação entre os países da UE na prevenção e deteção de transferências ilegais.



Coesão e Solidariedade Interna da UE

Aprovado investimento de mais de 425 milhões de euros do Fundo de Coesão

A Comissão Europeia [aprovou](#) um investimento de mais de 425 milhões de euros do Fundo de Coesão para financiar a primeira fase dos trabalhos de modernização da linha ferroviária interurbana entre o leste e o oeste de Varsóvia. A linha renovada irá melhorar as ligações entre algumas das principais cidades da Polónia, como Katowice e Białystok, oferecendo um serviço mais frequente e abrangente ao povo polaco. O projeto, financiado ao abrigo do período de programação da política de coesão 2014-2020, envolverá a modernização das vias-férreas, das linhas aéreas, do equipamento de telecomunicações e da gestão da água e dos esgotos. As estações serão melhoradas e serão construídos viadutos, pontes pedonais e um metro pedonal. Estas características permitirão aos comboios de passageiros viajar a velocidades até 160 km/h em determinadas seções. A nova infraestrutura ferroviária assegurará custos de manutenção mais baixos, acompanhados de uma pegada ambiental mais ecológica - reduzirá a poluição atmosférica e sonora e limitará os acidentes.



Cultura e Comunicação

Parlamento adota novas regras de transparência para a propaganda política

As novas regras visam reforçar a confiança dos cidadãos nas campanhas eleitorais e ajudar a combater a desinformação e a ingerência estrangeira. O Parlamento aprovou [novas regras](#) relativas à transparência e ao direcionamento da propaganda política, que tornarão as campanhas eleitorais e de referendos mais transparentes e resistentes a interferências. As novas regras vão regulamentar os anúncios políticos, nomeadamente os anúncios online, enquanto definem um quadro para os intervenientes políticos mais facilmente fazerem publicidade em toda a UE.

De acordo com as novas regras, a propaganda política terá de ser claramente identificada. Os cidadãos, as autoridades e os jornalistas poderão facilmente obter informações sobre se estão a ser visados por um prestador de serviços de publicidade, os motivos pelos quais lhes é apresentado o anúncio, quem o paga, quanto está a ser pago e a que eleições ou referendo está associado. Toda a publicidade política e informações relacionadas serão armazenadas num repositório público online.

Para limitar a interferência estrangeira nos processos democráticos europeus, será proibido patrocinar anúncios provenientes de fora da UE no período de três meses antes de uma eleição ou referendo. Com o intuito de proteger os eleitores da manipulação, as técnicas de direcionamento e distribuição só serão possíveis para a publicidade política online com base em dados pessoais recolhidos junto da pessoa em causa, após esta ter dado o seu consentimento explícito e separado. Não podem ser utilizadas categorias especiais de dados pessoais (por exemplo, etnia, religião, orientação sexual) ou dados de menores.

As regras apenas dizem respeito a anúncios políticos pagos. Não afetam o conteúdo dos anúncios políticos nem as regras sobre a condução e o financiamento de campanhas políticas. As opiniões pessoais, as opiniões políticas, como qualquer conteúdo jornalístico não patrocinado, ou a comunicação sobre a organização e a participação em eleições (por exemplo, anúncios de candidatos) por fontes oficiais nacionais ou da UE não são afetadas.



Defesa e Segurança

Cooperação policial: Conselho dá luz verde a melhores intercâmbios de dados entre as autoridades policiais

O Conselho adotou um regulamento relativo à consulta e ao intercâmbio automatizados de dados para efeitos de cooperação policial. O [novo regulamento](#) virá aperfeiçoar o quadro existente que já permite às autoridades policiais consultar as bases de dados nacionais de outros Estados-Membros no que diz respeito aos dados de ADN, de impressões digitais e de registo de veículos. Os regras acordadas aumentarão as categorias de dados relativamente às quais se podem efetuar intercâmbios automatizados. As autoridades policiais poderão também consultar imagens faciais e ficheiros policiais. Além disso, se o direito nacional o permitir, será igualmente possível pesquisar em todas as categorias com o objetivo de encontrar pessoas desaparecidas ou de identificar restos mortais humanos.

Parlamento insta a UE a dar à Ucrânia o que for necessário para derrotar a Rússia

A UE [deve](#) apoiar a Ucrânia com tudo o que for necessário para Kiev ganhar a guerra contra a Rússia, referem os eurodeputados numa resolução aprovada esta quinta-feira. No texto, aprovado por 451 votos a favor, 46 votos contra e 49 abstenções, os eurodeputados fazem o balanço dos dois anos desde a invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia, no dia 24 de fevereiro de 2022. Salientando a forma como a guerra transformou radicalmente a situação geopolítica na Europa, defendem que a Ucrânia tem de vencer a guerra e alertam para consequências graves se tal não acontecer. Os eurodeputados afirmam que outros regimes autoritários estão a acompanhar de perto o decurso da guerra, para avaliar a sua própria margem de manobra para exercer políticas externas agressivas.

Para que Kiev vença, não deve haver «qualquer limitação à assistência militar à Ucrânia», tendo o Parlamento reafirmado a necessidade de dotar o país do que for necessário para recuperar o controlo total sobre o seu território internacionalmente reconhecido, incluindo todo o tipo de armamento convencional. Todos os aliados da UE e da NATO devem apoiar a Ucrânia militarmente, com pelo menos 0,25 % do PIB anual, dizem os eurodeputados, que também instam os países da UE a encetarem de imediato o diálogo com as empresas

de defesa, para assegurar o aumento da produção e do fornecimento de munições, projéteis e mísseis à Ucrânia, que devem ser priorizados em detrimento das encomendas de outros países terceiros.



Diplomacia e Solidariedade Externa da UE

Von der Leyen entrega carros às forças de segurança ucranianas para aumentar a estabilidade e reforçar as investigações de crimes de guerra nos territórios desocupados

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, entregou 50 viaturas fornecidas pela UE à Polícia Nacional da Ucrânia e ao Gabinete do Procurador-Geral da Ucrânia. Os automóveis serão utilizados para [apoiar](#) a investigação e a ação penal contra os crimes de guerra nos territórios desocupados e nas zonas adjacentes. A entrega faz parte de um regime mais vasto de apoio da UE às autoridades ucranianas para responder às necessidades relacionadas com os serviços públicos em ambientes de alto risco.

UE concede uma primeira ajuda humanitária de 171 milhões de euros à região do Grande Corno de África

A população do Corno de África enfrenta necessidades humanitárias crescentes, uma vez que a região é assolada por múltiplos conflitos, fenómenos climáticos extremos e choques económicos. Estima-se que cerca de 65 milhões de pessoas estejam a necessitar de assistência imediata. A UE [anunciou](#) uma primeira afetação de 171 milhões de euros de ajuda humanitária à região. Este financiamento vem juntar-se aos 72 milhões de euros já anunciados para o Sudão. Globalmente, a dotação inicial total para a ajuda humanitária ao Grande Corno de África em 2024 é de 243 milhões de euros.

Declaração dos líderes do G7 24 de fevereiro de 2024

Os dirigentes do Grupo dos Sete (G7) reuniram-se em 24 de fevereiro com o Presidente ucraniano Volodymyr Zelenskyy. O G7 [reafirma](#) o seu apoio inabalável à Ucrânia contra a agressão russa, condenando a invasão e defendendo a soberania da Ucrânia. O grupo compromete-se a prestar assistência contínua aos esforços de segurança e reconstrução da Ucrânia, impondo simultaneamente sanções à Rússia e responsabilizando-a pelas suas ações. O empenhamento nas iniciativas de paz da Ucrânia e os apelos à retirada da Rússia sublinham a dedicação do G7 à obtenção de uma paz justa e duradoura na região.

Parlamento Europeu aprova apoio orçamental fundamental para a Ucrânia e a UE

Os eurodeputados aprovam o financiamento a longo prazo para a Ucrânia, a Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa e as principais alterações ao orçamento plurianual da UE. O Parlamento Europeu [aprovou](#) na a revisão do orçamento de longo prazo da UE – o quadro financeiro plurianual. Este inclui o Mecanismo de Financiamento da Ucrânia, no valor de 50 mil milhões de euros, e a Plataforma Tecnológica Estratégica para a Europa, que tem como objetivo tornar a UE mais independente do ponto de vista estratégico e promover a inovação.



Economia e Mercado

Conselho adota regulamento relativo aos pagamentos imediatos

O Conselho adotou um regulamento que assegurará a plena disponibilização de pagamentos imediatos em euros aos consumidores e às empresas da UE e dos países do Espaço Económico Europeu. As novas regras [aumentarão](#) a autonomia estratégica do setor económico e financeiro europeu, uma vez que contribuirão para reduzir a eventual dependência excessiva de instituições e infraestruturas financeiras de países terceiros. A melhoria das possibilidades de mobilizar fluxos de caixa trará benefícios para os cidadãos e as empresas e viabilizará serviços inovadores com valor acrescentado.

O regulamento relativo aos pagamentos imediatos permitirá transferir dinheiro em dez segundos a qualquer hora do dia, incluindo fora do horário de expediente, não só dentro do mesmo país, mas também para outro Estado-Membro da UE. O regulamento tem em conta as especificidades das entidades que não integram a área do euro. Os prestadores de serviços de pagamento, como os bancos, que efetuam transferências bancárias normais em euros serão obrigados a oferecer o serviço de envio e receção de pagamentos imediatos em euros. As taxas aplicáveis (se as houver) não podem ser mais elevadas do que as aplicáveis às transferências bancárias normais.

Comissão apresenta novas iniciativas para impulsionar a liderança industrial europeia no domínio dos materiais avançados

A Comissão propôs uma estratégia abrangente que contribuirá para a liderança industrial da UE no domínio dos materiais avançados, uma tecnologia facilitadora fundamental altamente relevante para a dupla transição ecológica e digital. A [Comunicação](#) sobre materiais avançados para a liderança industrial apresenta medidas concretas para alinhar as prioridades de investigação e inovação e os investimentos na UE, garantindo a liderança europeia nesta tecnologia fundamental. Aguardada com expectativa pelos Estados-Membros e pela indústria, esta iniciativa constitui o primeiro passo no sentido de uma abordagem comum europeia para os materiais avançados, lançando as bases para futuras ações.

Novas regras globais para simplificar o comércio de serviços entram em vigor na OMC

O comércio de serviços acabou de ganhar um novo impulso com a entrada em vigor de novas regras da Organização Mundial do Comércio («OMC»), que facilitam e simplificam o comércio de serviços. As novas regras aplicam-se a um grupo vasto e diversificado de membros da OMC, incluindo países desenvolvidos, países em desenvolvimento e países menos avançados — que representam 92 % do comércio mundial de serviços.

O conjunto de [regras](#) acordadas no âmbito da Iniciativa Conjunta sobre a Regulamentação Interna dos Serviços racionalizará os requisitos de autorização e reduzirá os obstáculos processuais com que se deparam as empresas em todo o mundo, em especial as micro, pequenas e médias empresas («MPME»). Este acordo contribuirá para reduzir os custos do comércio mundial de serviços em mais de 110 mil milhões de EUR anualmente, assegurando a transparência, a eficiência e a previsibilidade dos requisitos e procedimentos de autorização e qualificação.

União dos Mercados de Capitais: Conselho adota novas regras relativas aos gestores de fundos de investimento alternativos e aos fundos de investimento simples da UE

O Conselho adotou novas regras para reforçar os mercados de capitais europeus e aumentar a proteção dos investidores na UE. A [diretiva](#) adotada altera a Diretiva Gestores de Fundos de Investimento Alternativos, que rege na UE os gestores de fundos de cobertura, fundos privados de participações, fundos de dívida privada, fundos imobiliários e outros fundos de investimento alternativos. A diretiva moderniza igualmente o quadro dos organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM), ou seja, fundos de investimento a retalho simples harmonizados a nível da UE, tais como fundos de investimento aberto e sociedades de investimento. As novas regras reforçam a integração dos mercados de gestão de ativos na Europa e modernizam o quadro dos aspetos regulamentares fundamentais. Aumentam a disponibilidade de instrumentos de gestão da liquidez, com novos requisitos para que os gestores possam proceder à ativação destes instrumentos. Isto irá ajudar a garantir que os gestores de fundos estão bem preparados para fazer face a saídas significativas do mercado em tempos de turbulência financeira.

Comissão publica um relatório sobre as medidas destinadas a tornar mais eficiente a comunicação de informações nos serviços financeiros da UE

A Comissão Europeia [publicou](#) um relatório sobre a aplicação da sua estratégia relativa aos dados para fins de supervisão nos serviços financeiros da UE. O relatório mostra que a Comissão está no bom caminho para racionalizar os requisitos de comunicação de informações para fins de supervisão nos serviços financeiros e melhorar a sua coerência global. Em dezembro de 2021, a Comissão adotou a sua estratégia relativa aos dados para fins de supervisão nos serviços financeiros da UE. O seu principal objetivo é criar um sistema que forneça dados precisos, coerentes e atempados às autoridades de supervisão a nível nacional e da UE, minimizando simultaneamente os encargos globais de comunicação de informações para as instituições financeiras. Em última análise, tal beneficiará os cidadãos, através de uma supervisão mais eficiente e ágil que garanta a estabilidade do sistema financeiro, a integridade do mercado e a proteção dos investidores. Ajudará também as empresas, reduzindo, sempre que possível, o ónus de informação. A aplicação da estratégia é um projeto a longo prazo, realizado em cooperação com as Autoridades Europeias de Supervisão (AES) e outras autoridades europeias, recorrendo também aos conhecimentos especializados do setor.



Emprego e Demografia

Proteção dos trabalhadores contra o chumbo e os di-isocianatos: Conselho aprova novos valores-limite

Os trabalhadores estão agora mais bem protegidos. Pela primeira vez em 40 anos, a UE reviu os [valores-limite](#) de exposição profissional ao chumbo e aos seus compostos inorgânicos, reduzindo-os para um quinto. Estas substâncias tóxicas para a reprodução podem afetar a função sexual e a fertilidade, podendo ainda causar danos no sistema nervoso, entre outras consequências. Além disso, a diretiva é a primeira legislação da UE que fixa valores-limite para os di-isocianatos, um grupo de substâncias perigosas às quais estão atualmente expostos 4,2 milhões de trabalhadores e que podem causar asma e doenças cutâneas.

Comissão adere à Coligação Mundial para a Justiça Social da Organização Internacional do Trabalho em nome da UE

A Comissão Europeia, em representação da UE, tornou-se parceira da [Coligação Mundial para a Justiça Social](#) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na sequência da aprovação pelo Conselho da UE. Lançada pela OIT em novembro de 2023, a Coligação é uma plataforma voluntária destinada a reforçar o compromisso político de promover a justiça social. Num momento crucial para assegurar transições justas e defender os direitos dos trabalhadores a nível mundial, esta iniciativa está alinhada com os objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e com um dos principais objetivos da UE de promover o trabalho digno e a inclusão social, tal como estabelecido no [Pacto Europeu dos Direitos Sociais](#). A Comissão congratula-se com as áreas de ação imediata, em especial a necessidade de combater a desigualdade, a discriminação e a exclusão, de assegurar a proteção e reforçar a resiliência, bem como de reforçar as instituições de diálogo social.



Energia

Comissão recomenda aos Estados-Membros que continuem a poupar gás para garantir o aprovisionamento e estabilizar os mercados

As poupanças de gás realizadas pelas empresas e pelos cidadãos em toda a UE deram um importante [contributo](#) para combater a crise energética, impulsionada pela invasão da Ucrânia pela Rússia há dois anos. Coletivamente, a UE reduziu a procura de gás em 18 % entre agosto de 2022 e dezembro de 2023, poupando cerca de 101 mil milhões de metros cúbicos de gás. Estes esforços vão além do objetivo de 15 % de poupança acordado ao abrigo da legislação de emergência adotada no verão de 2022 e foram essenciais para preservar a estabilidade do aprovisionamento, estabilizar os mercados da energia na UE e demonstrar solidariedade para com a Ucrânia.

Com a legislação de emergência a expirar em 31 de março e a situação mais estável do que nos últimos dois anos, a Comissão propõe agora a adoção de uma recomendação do Conselho sobre a continuação das medidas de redução da procura de gás. Esta recomendação, que teria de ser adotada pelo Conselho, incentiva os Estados-Membros a continuarem a tomar medidas voluntárias para manter uma redução coletiva da procura de gás de 15 %, em comparação com a procura média entre abril de 2017 e março de 2022.

Parlamento adota proposta legislativa para proteger o mercado da energia da UE da manipulação

A proposta legislativa para combater a manipulação do mercado da energia através do reforço da transparência e da supervisão foi [aprovada](#) pelos eurodeputados nesta quinta-feira. A legislação, já acordada informalmente com o Conselho, introduz novas medidas para proteger melhor o mercado grossista de energia da UE, fazendo com que as faturas de energia dos agregados familiares e das empresas europeias estejam menos dependentes de possíveis flutuações dos preços de mercado a curto prazo.

O Regulamento relativo à integridade e transparência do mercado grossista de energia (REMIT) vem introduzir um melhor alinhamento com as regras da UE sobre a transparência dos mercados financeiros. Abrange igualmente novas práticas de negociação, como a negociação algorítmica, e reforça as disposições em matéria de comunicação e monitorização para proteger os consumidores de abusos de mercado.

Durante as negociações com o Conselho, os eurodeputados reforçaram a dimensão da UE e o papel de supervisão da [Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia](#) (ACER). A Agência será incumbida de adotar decisões em matéria de inspeções, pedidos de informações e autorizações das plataformas de informação privilegiada e dos mecanismos de comunicação registados. Se a ACER não receber as informações necessárias durante as investigações relativas a casos transfronteiriços, pode impor sanções pecuniárias compulsórias.

Comissão disponibiliza mil milhões de euros para pontos de carregamento e reabastecimento no âmbito do Mecanismo Europeu de Interconexão (MIE)

A Comissão Europeia [lança](#) um convite à apresentação de projetos no âmbito do Mecanismo Europeu de Interconexão - Mecanismo para as Infraestruturas para Combustíveis Alternativos (AFIF). Estão disponíveis mil milhões de euros para apoiar a implantação de infraestruturas de abastecimento de combustíveis alternativos para os transportes rodoviários, marítimos, fluviais e aéreos ao longo da RTE-T, a rede transeuropeia de transportes: rede rodoviária - apoio a estações de recarga elétrica de alta potência e a estações de reabastecimento de hidrogénio, bem como a estações de recarga de megawatts para veículos pesados; aeroportos - apoio ao abastecimento de eletricidade e hidrogénio; portos - apoio ao abastecimento de eletricidade e hidrogénio e, pela primeira vez, às instalações de reabastecimento de amoníaco e metanol.



Estado de Direito e Democracia

Direitos humanos: UE nomeia novo representante especial

O Conselho [nomeou](#) **Olof Skoog** representante especial da UE (REUE) para os Direitos Humanos, sucedendo a Eamon Gilmore, cujo mandato de cinco anos termina em 29 de fevereiro. Olof Skoog entrará em funções em **1 de março de 2024**, por um período inicial de **dois anos**. O novo REUE prosseguirá o trabalho dos seus predecessores no sentido de contribuir para a execução da política da UE em matéria de **direitos humanos**, das posições da UE sobre a promoção da observância do **direito internacional humanitário** e do apoio à **justiça penal internacional**. Além disso, contribuirá para uma voz da Europa mais forte nos diálogos sobre direitos humanos com **governos de países terceiros e organizações internacionais e regionais**, bem como com organizações da **sociedade** e outros intervenientes relevantes. O representante especial trabalhará em estreita colaboração com o Serviço Europeu para a Ação Externa e as instituições da UE para assegurar a eficácia e a visibilidade da política da UE em matéria de direitos humanos no âmbito das ações externas.

Olof Skoog é um **diplomata sueco** com vasta experiência a nível nacional e da UE, nos mais variados cargos. Mais recentemente, foi **chefe da Delegação** da União Europeia **junto das Nações Unidas**, entre dezembro de 2019 e agosto de 2023. Os representantes especiais da UE são propostos pelo alto representante para promover as políticas e interesses da UE em certas regiões e países, bem como em relação a questões de especial interesse ou que suscitem preocupação para a UE. Desempenham um papel ativo nos esforços de consolidação da paz, da estabilidade e do Estado de direito. Os primeiros representantes especiais da UE (REUE) foram nomeados em 1996. Atualmente, dez REUE apoiam o trabalho do alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell.

União Europeia deve apoiar ativamente a oposição democrática da Rússia

O Estado russo e em particular o presidente Vladimir Putin são os responsáveis a nível criminal e político pela morte do seu adversário mais forte, Alexei Navalny, referem os eurodeputados. O Parlamento Europeu [condena](#) veementemente o assassinato de Alexei Navalny e apoia plenamente Yulia Navalnaya na sua determinação em prosseguir o trabalho iniciado pelo marido. Numa resolução aprovada quinta-feira, os eurodeputados salientam que a plena responsabilidade penal e política pela sua morte cabe ao Estado russo e, em particular, ao seu presidente Vladimir Putin.

Os eurodeputados alertam para o facto de o assassinato de Alexei Navalny ser mais um sinal da repressão crescente e sistemática na Rússia e exigem uma investigação internacional independente e transparente do seu assassinato, com o propósito de descobrir a verdade, garantir a responsabilização e fazer justiça. O sistema político da Rússia é "controlado por um regime autoritário consolidado, marcado por corrupção flagrante", lê-se na resolução. O texto também refere que o regime recorre a eleições manipuladas para dar uma aparência de democracia e com todo o poder concentrado nas mãos de Vladimir Putin.

Yulia Navalnaya: "Se querem derrotar Putin, combatam o seu gangue criminoso"

No Parlamento Europeu, a viúva de Alexei Navalny [acusou](#) as autoridades russas, lideradas pelo presidente Vladimir Putin, de terem orquestrado a morte do ativista anticorrupção. Ao receber Yulia Navalnaya no hemiciclo, a presidente do Parlamento Europeu disse que «para muitos na Rússia e no exterior, Alexei Navalny representou esperança. Esperança em dias melhores. Esperança numa Rússia livre». Roberta Metsola salientou que «se a história nos ensina alguma coisa, é que os pilares da autocracia, no final, sempre desmoronam sob o peso da sua própria corrupção e do desejo inerente das pessoas em viver livremente. Quando inevitavelmente o fizerem, será graças a Alexei e sua família».

Esta quarta-feira, em Estrasburgo, a viúva do ativista anticorrupção afirmou que o assassinato público do seu marido, a 16 de fevereiro, mais uma vez mostrou a todos que «Putin é capaz de qualquer coisa e que não se pode negociar com ele». Yulia Navalnaya manifestou a sua preocupação pelo facto de nenhuma das atuais medidas restritivas da União Europeia ter efetivamente impedido a agressão da Rússia à Ucrânia. Por isso, pediu ideias mais inovadoras para derrotar o regime de Putin, tanto a nível interno como nas suas ações para com os países vizinhos.

«Se realmente queres derrotar Putin, tens de te tornar um inovador (...) Não podes magoar Putin com outra resolução ou outro conjunto de sanções que não seja diferente das anteriores (...) Não estás a lidar com um político, mas com um mafioso sangrento (...) O mais importante são as pessoas próximas a Putin, os seus amigos, associados e detentores do dinheiro da máfia (...) Tu, e todos nós, temos de lutar contra este gangue criminoso», declarou.

Novas regras da UE para defender as vozes críticas da intimidação judicial

Os deputados [confirmaram](#) terça-feira a sua determinação em proteger jornalistas, ativistas e académicos, e respetivas organizações contra ações judiciais abusivas destinadas a silenciá-los. O Parlamento Europeu aprovou, por 546 votos a favor, 47 votos contra e 31 abstenções, uma nova lei, [acordada com o Conselho em 30 de novembro de 2023](#), para assegurar que as pessoas e organizações que trabalham em questões de interesse público, como os direitos fundamentais, as alegações de corrupção, a proteção da democracia ou a luta contra a desinformação, beneficiem de proteção da UE contra ações judiciais infundadas e abusivas. A proteção aplicar-se-á a todos os processos transfronteiriços, exceto se tanto o demandado como o demandante forem do mesmo Estado-Membro que o tribunal ou se o processo for relevante apenas para um Estado-Membro.

Os deputados asseguraram que as vítimas são protegidas de forma sólida através da introdução de duas salvaguardas: o indeferimento liminar se o processo for infundado; e a possibilidade de solicitar ao demandante que pague os custos estimados do processo, incluindo a representação legal do demandado, e indemnizações por danos. Se o demandado solicitar o indeferimento liminar, caberá ao demandante provar que existem motivos para continuar o processo. O tribunal pode também impor outras sanções aos demandantes, que são frequentemente políticos, sociedades ou grupos de pressão, como a condenação ao pagamento de uma indemnização por danos.

Esforços da Polónia para restabelecer o Estado de direito abrem caminho ao acesso a fundos da UE até 137 mil milhões de euros

A Comissão Europeia [adotou](#) dois atos jurídicos que abrirão caminho ao acesso da Polónia a um máximo de 137 mil milhões de euros de financiamento da UE. Estes atos dizem respeito às reformas do Estado de direito que a Polónia adotou e às medidas mais recentes e imediatas que tomou para cumprir os marcos para reforçar a independência judicial.

No âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), a Comissão concluiu a sua avaliação preliminar do primeiro pedido de pagamento da Polónia. A Comissão conclui que a Polónia cumpriu satisfatoriamente os dois «supermarcos» para reforçar aspetos importantes da independência do sistema judicial polaco através da reforma do regime disciplinar dos juizes. Cumpriu também de forma satisfatória outro supermarco que obriga a Polónia a utilizar o *Arachne*, uma ferramenta informática que apoia os sistemas de auditoria e controlo dos Estados-Membros e que, por conseguinte, assegura as salvaguardas necessárias contra a fraude. Uma vez confirmada pelos Estados-Membros, a avaliação hoje apresentada pela Comissão permitirá o desembolso de 6,3 mil milhões de

euros (líquidos de pré-financiamento) nas próximas semanas, de um total de até 59,8 mil milhões de euros de fundos do MRR para a Polónia.

Na sequência das reformas acima referidas, a Comissão considera igualmente que a Polónia cumpre agora a condição habilitadora horizontal relacionada com a Carta dos Direitos Fundamentais da UE, permitindo à Polónia aceder a um máximo de 76,5 mil milhões de EUR para os seus programas de financiamento da política de coesão 2021-2027, dos seus programas europeus de financiamento dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura e dos Assuntos Internos.

A Comissão congratula-se igualmente com o compromisso do Governo polaco de dar resposta às preocupações de longa data em matéria de Estado de direito, que vão também além das relativas ao regime disciplinar dos juízes, com base nas recomendações da Comissão. Durante o Conselho dos Assuntos Gerais de 20 de fevereiro de 2024, as autoridades polacas apresentaram um ambicioso plano de ação sobre o Estado de direito na Polónia para resolver as questões levantadas pela Comissão ao abrigo do procedimento previsto no artigo 7.º, n.º 1.



Igualdade de género, LGBTQ, Inclusão social, Migrações, Cidadania

Cidadania concedida a quase 1 milhão de pessoas em 2022

Em 2022, 989 mil pessoas [adquiriram](#) a cidadania do país da UE onde viviam, um aumento de cerca de 20% (+163 100 pessoas) em comparação com 2021. A maioria das novas cidadanias (em números absolutos) foi concedida pela Itália (213 700; 22% do total da UE). A Espanha (181 800; 18% do total da UE) e a Alemanha (166 600; 17%) concederam o segundo e terceiro maiores números de novas cidadanias.

Os maiores aumentos de cidadanias concedidas a residentes não nacionais em 2022, em comparação com 2021, foram registados em Itália (+92 200), Espanha (+37 600) e Alemanha (+36 600). No outro extremo da escala, as maiores reduções foram registadas em França (-15 900), nos Países Baixos (-9 300) e em Portugal (-3 700). Os dados mostram que 87% de todas as pessoas a quem foi concedida a cidadania da UE do país onde residiam eram cidadãos de um país não pertencente à UE. Os cidadãos de outro país da UE que não o país de residência representavam 12%. Os restantes tinham uma nacionalidade anterior desconhecida (1%) ou eram apátridas (0,7%).

Em 2022, os residentes marroquinos foram o maior grupo de novos cidadãos da UE, com um total de 112 700 estatutos de cidadania concedidos. O segundo maior grupo foi o dos cidadãos sírios, com 90 400 nacionalidades concedidas, seguidos dos albaneses, com 50 300 nacionalidades concedidas. A taxa de naturalização é o rácio entre o número de pessoas que adquiriram a nacionalidade de um país onde residiam durante um ano e o número de residentes não nacionais no mesmo país. A Roménia registou a taxa de naturalização mais elevada entre os países da UE, com 26,8 cidadanias concedidas por cada 100 residentes não nacionais. A Suécia registou 10,6, seguida dos Países Baixos, com 4,4, e da Itália, com 4,2. No outro extremo da escala, as taxas de naturalização mais baixas por 100 residentes não nacionais foram registadas na Letónia e na Estónia (ambas com 0,4), na Áustria e na Bulgária (ambas com 0,7) e em Malta e na Chéquia (ambas com 0,8).



Indústria

Comissão apresenta novas iniciativas para impulsionar a liderança industrial europeia no domínio dos materiais avançados

A Comissão Europeia [propôs](#) uma estratégia abrangente que contribuirá para a liderança industrial da UE no domínio dos materiais avançados, uma tecnologia facilitadora fundamental altamente relevante para a dupla transição ecológica e digital. A Comunicação sobre materiais avançados para a liderança industrial apresenta medidas concretas para alinhar as prioridades de investigação e inovação e os investimentos na UE, garantindo a liderança europeia nesta tecnologia fundamental. Aguardada com expectativa pelos Estados-Membros e pela indústria, esta iniciativa constitui o primeiro passo no sentido de uma abordagem comum europeia para os materiais avançados, lançando as bases para futuras ações.

Os materiais avançados são propositadamente concebidos e construídos para apresentar um desempenho superior ou funções especiais que podem ser desenvolvidas a uma rapidez sem precedentes graças ao conhecimento científico e à capacidade computacional atuais. São fundamentais, por exemplo, para a inovação nos domínios da energia, da eletrónica, da construção e da mobilidade e, por conseguinte, são cruciais para a transição ecológica e digital. Prevê-se que a primeira lista de domínios de investigação seja alargada ao longo do tempo, em diálogo com o futuro Conselho de Tecnologia.

Prevê-se igualmente que a procura de materiais avançados aumente significativamente nos próximos anos para servir, por exemplo, a produção de energias renováveis, de baterias, de edifícios com emissões nulas, de semicondutores, de medicamentos e dispositivos médicos, de satélites, de lançadores espaciais, de aviões ou para outras aplicações de dupla utilização e equipamento de defesa.

A estratégia visa reforçar a competitividade da UE a longo prazo, garantindo que a União continua na vanguarda das novas tecnologias dos materiais, apoiando o desenvolvimento, a testagem e as capacidades de mobilização. As ações reforçarão igualmente a autonomia

estratégica e a segurança económica da UE, reduzindo a sua dependência de materiais críticos, promovendo a sua substituição, reciclagem e reutilização.

Comissão aprova regime de auxílios estatais português no valor de 350 milhões de euros para apoiar investimentos em equipamento necessário para promover a transição para uma economia com impacto neutro no clima

A Comissão Europeia [aprovou](#) um regime português no valor de **350 milhões de euros** para apoiar os **investimentos na produção do equipamento** necessário para promover a transição para uma economia com impacto neutro no clima, em consonância com o [Plano Industrial do Pacto Ecológico](#). O regime foi aprovado ao abrigo do [Quadro Temporário de Crise e Transição](#) relativo a Medidas de Auxílio Estatal, adotado pela Comissão em [9 de março de 2023](#) e alterado em [20 de novembro de 2023](#), que tem por objetivo apoiar medidas em setores que são fundamentais para acelerar a transição ecológica e reduzir as dependências de combustíveis.

Portugal notificou à Comissão, ao abrigo do Quadro Temporário de Crise e Transição, um regime de 350 milhões de euros para apoiar investimentos na produção do equipamento necessário para promover a transição para uma economia com impacto neutro no clima.

No âmbito desta medida, que será integralmente financiada através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, o auxílio assumirá a forma de **subvenções diretas**.

A medida estará aberta às empresas que produzem os equipamentos relevantes, designadamente baterias, painéis solares, turbinas eólicas, bombas de calor, eletrolisadores, equipamentos para captura, utilização e armazenamento de carbono, bem como componentes essenciais concebidos e utilizados principalmente como fatores de produção diretos na produção desses equipamentos, ou matérias-primas conexas necessárias à sua produção.

A Comissão considerou que o regime português está em conformidade com as condições estabelecidas no Quadro Temporário de Crise e Transição. Em especial, o auxílio i) incentivará a produção do equipamento relevante para a transição para uma economia com impacto neutro no clima; e ii) o auxílio será concedido o mais tardar até 31 de dezembro de 2025.

A Comissão concluiu que o regime português é necessário, adequado e proporcionado para acelerar a transição ecológica e facilitar o desenvolvimento de determinadas atividades económicas que são importantes para a execução do [Plano Industrial do Pacto Ecológico](#), em conformidade com o **artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do TFUE** e com as condições estabelecidas no Quadro Temporário de Crise e Transição.

Nesta base, a Comissão autorizou as medidas de auxílio ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais.



Instituições / Órgãos

Orçamento de longo prazo da UE para 2021-2027: Conselho conclui a revisão intercalar

O Conselho adotou três atos legislativos relacionados com a revisão do quadro financeiro plurianual da UE para 2021-2027, dando luz verde final ao pacote, que visa reforçar o orçamento de longo prazo da UE de forma direcionada e dar resposta a novos desafios, como as consequências da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. O pacote [inclui](#) um regulamento que altera o quadro financeiro plurianual para 2021-2027, bem como regulamentos que criam o Mecanismo de Apoio à Ucrânia e a Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa.

Comissão propõe alteração ao orçamento da UE para 2024 em tempo recorde para continuar a avançar na concretização das prioridades da UE

A Comissão Europeia [adotou](#) uma proposta de alteração do orçamento da UE para 2024, a fim de refletir as alterações efetuadas na sequência do acordo entre o Parlamento Europeu e o Conselho sobre a [revisão](#) do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para 2021-2027. Este orçamento alterado **permitirá à União continuar a concretizar as nossas prioridades comuns ao longo deste ano, em benefício dos cidadãos europeus e não só**. Permitirá, em especial, **reforçar o nosso apoio à Ucrânia, impulsionar os investimentos em tecnologias críticas e na defesa** e disponibilizar recursos adicionais para apoiar os parceiros dos **Balcãs Ocidentais**. Graças a esta alteração, o orçamento da UE estará mais bem equipado para ajudar os Estados-Membros afetados por catástrofes naturais e os países que enfrentam crises humanitárias. Esta alteração do orçamento anual da UE para 2024 representa um aumento de mais de 5,8 mil milhões de euros.

Declaração do Comité das Regiões Europeu sobre os dois anos da invasão total da Ucrânia pela Rússia

O dia 24 de fevereiro de 2024 marca o segundo aniversário da invasão total da Ucrânia pela Rússia. As [declarações](#) que se seguem foram proferidas pelo presidente do Comité das Regiões Europeu, pelo presidente do seu grupo de trabalho sobre a Ucrânia e pelo seu relator sobre o pacote de apoio recentemente aprovado pela UE, o Mecanismo de Apoio à Ucrânia. Vasco Alves Cordeiro, presidente do Comité das Regiões Europeu, afirmou "Os órgãos de poder local e regional da Ucrânia, tal como qualquer outra parte da sociedade ucraniana, deram provas de coragem, resistência e inovação notáveis face à feroz invasão russa e aos crimes diários contra a população ucraniana."

Comité das Regiões Europeu e o Parlamento Europeu unem esforços para as eleições europeias

Na perspetiva das próximas eleições europeias de junho de 2024, os representantes eleitos do Comité das Regiões Europeu e o Parlamento Europeu reforçaram a sua cooperação para promover a participação democrática e contribuir para um debate público aberto sobre os desafios e as oportunidades da UE.

O presidente do Comité das Regiões Europeu (CoR), Vasco Alves Cordeiro, e Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu, [assinaram](#) em 28 de fevereiro, em Estrasburgo, um Memorando de Entendimento para reforçar a cooperação entre as duas entidades. As duas assembleias políticas da UE pretendem mobilizar os seus membros para reduzir a distância entre Bruxelas e as comunidades locais. Os eurodeputados juntar-se-ão aos presidentes das regiões, aos presidentes de câmara, aos conselheiros do CoR e aos jovens políticos eleitos nos esforços para envolver os cidadãos europeus nas eleições e para os incentivar a fazer ouvir a sua voz.

Parlamento Europeu assina acordo com o Comité Económico e Social Europeu

Em vésperas das eleições europeias de 6 a 9 de junho, o presidente do Parlamento Europeu assinou um Memorando de Entendimento com o presidente do Comité Económico e Social Europeu, Oliver Röpké. Com a assinatura deste [acordo](#), as duas entidades procuram reforçar a sua cooperação e formalizar o seu compromisso conjunto de informar os cidadãos sobre as eleições europeias e a importância do voto. O Memorando de Entendimento define os principais domínios em que a colaboração entre o Parlamento Europeu e o Comité Económico e Social Europeu será intensificada, com especial destaque para as estratégias de comunicação e as atividades de sensibilização conexas. Ambas as instituições reconhecem o papel fundamental que uma comunicação eficaz desempenha no envolvimento dos cidadãos e na promoção da participação democrática.



Mar e Pescas

Comissão congratula-se com acordo provisório de modernização das inspeções e da supervisão dos navios

A Comissão congratula-se com o acordo político [alcançado](#) entre o Parlamento Europeu e o Conselho sobre a atualização dos requisitos para a inspeção de navios pelo Estado do porto que fazem escala em portos da UE e sobre os requisitos do Estado de bandeira aplicáveis aos navios mercantes registados nos Estados-Membros da UE.

Medidas de pesca atualizadas na zona da Conservação dos Tunídeos do Atlântico: Conselho dá luz verde final

O Conselho adotou formalmente um regulamento que transpõe para o direito da UE determinadas medidas de gestão, conservação e controlo das pescas na zona da Convenção da Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico. O regulamento recentemente [adotado](#) atualiza também o plano de gestão plurianual do atum-rabilho no Atlântico Este e no Mediterrâneo. O regulamento transpõe para o direito da UE uma série de recomendações adotadas pela CICTA nas suas reuniões anuais dos últimos anos. Estas recomendações dizem respeito a alterações ao Regulamento (UE) 2017/2107 e ao Regulamento (UE) 2023/2053.

Segurança marítima: Conselho e Parlamento chegam a acordo para apoiar um transporte marítimo limpo e moderno na UE

A fim de apoiar um transporte marítimo limpo e moderno na UE, a Presidência do Conselho e os negociadores do Parlamento Europeu [chegaram](#) a acordos provisórios sobre dois atos legislativos do pacote legislativo "segurança marítima", nomeadamente os que alteram as diretivas de 2009 relativas ao cumprimento das **obrigações do Estado de bandeira** e à **inspeção de navios pelo Estado do porto**. As diretivas revistas alcançam um equilíbrio cuidadoso entre, por um lado, a necessidade de garantir um **elevado nível de qualidade do transporte marítimo** e, por outro, a necessidade de salvaguardar a **competitividade** do setor europeu do transporte marítimo, mantendo simultaneamente os custos razoáveis para os operadores e as administrações dos Estados-Membros.



Mobilidade

Segurança rodoviária: Parlamento valida novas regras para cartas de condução

Melhor preparação dos condutores e maior consciência dos riscos para peões, ciclistas e trotinetas, bem como cartas digitais, são algumas das alterações aprovadas pelos eurodeputados. Os eurodeputados [querem](#) que os condutores estejam mais bem preparados para situações reais de condução e estejam cientes dos riscos, em particular, para os utentes vulneráveis da estrada, como os peões, as crianças, os ciclistas e os utilizadores de trotinetas eletrónicas. Os eurodeputados concordaram que as cartas de condução devem ser válidas durante, pelo menos, 15 anos para motociclos e automóveis, e cinco anos para camiões e autocarros. Os eurodeputados não apoiam a redução da validade das cartas de condução para os idosos — tal como foi proposto pela Comissão — para evitar a discriminação e garantir o seu direito à livre circulação e participação na vida económica e social.

Dados relativos aos passageiros aéreos: Conselho e Parlamento Europeu chegam a acordo provisório para aumentar a segurança e melhorar a gestão das fronteiras

A Presidência belga do Conselho e os negociadores do Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre dois regulamentos que regem a recolha e utilização de dados relativos aos passageiros aéreos para efeitos de gestão das fronteiras e aplicação da legislação. As novas regras melhorarão o tratamento dos dados relativos às informações antecipadas sobre os passageiros (API) para

efetuar controlos dos passageiros antes da sua chegada às fronteiras externas da UE, mas também para os voos intracomunitários na luta contra o terrorismo e a criminalidade grave. Estas medidas reforçarão a luta contra a criminalidade grave e o terrorismo na UE, complementando o tratamento dos dados dos registos de identificação dos passageiros (PNR). As informações antecipadas sobre os passageiros (API) contêm dados de identificação constantes do documento de viagem e informações básicas sobre o voo e serão transmitidas antes e depois da descolagem às autoridades do local de chegada.

Segurança rodoviária: Parlamento valida novas regras para cartas de condução

Melhor preparação dos condutores e maior consciência dos riscos para peões, ciclistas e trotinetas, bem como cartas digitais, são algumas das alterações [aprovadas](#) pelos eurodeputados. Com [mais de 20 000 mortes por ano nas estradas da UE](#), esta quarta-feira, o Parlamento validou a reforma das regras da UE para as cartas de condução, de modo a garantir a segurança rodoviária e contribuir para as transições ecológica e digital da UE.

Os eurodeputados querem que os condutores estejam mais bem preparados para situações reais de condução e estejam cientes dos riscos, em particular, para os utentes vulneráveis da estrada, como os peões, as crianças, os ciclistas e os utilizadores de trotinetas eletrónicas. Por conseguinte, defendem que devem ser abordados nas aulas e testados, entre outros: a forma de agir num local de colisão, conhecimentos básicos sobre primeiros socorros, incluindo reanimação cardiopulmonar, condução defensiva e ecológica, interação com sistemas avançados de assistência à condução e obstrução do campo visual devido a peões e ciclistas.

Também a condução em condições de neve e de piso escorregadio, os ângulos mortos e alterações de inclinação, conhecimentos de segurança relativos a veículos alimentados por bateria e regras de acesso de veículos a zonas urbanas, incluindo as zonas de baixas emissões, são outros temas a serem avaliados. Os eurodeputados concordaram que as cartas de condução devem ser válidas durante, pelo menos, 15 anos para motociclos e automóveis, e cinco anos para camiões e autocarros. Os eurodeputados não apoiam a redução da validade das cartas de condução para os idosos — tal como foi proposto pela Comissão — para evitar a discriminação e garantir o seu direito à livre circulação e participação na vida económica e social.

Os eurodeputados dizem que devem ser os condutores a avaliar se estão aptos fisicamente para tal, aquando da emissão ou renovação da carta, e consideram que cabe aos governos da UE decidir se a autoavaliação deve ser substituída por um exame médico, que avalie a acuidade visual e a condição cardiovascular de quem guia. Contudo, os eurodeputados querem que os Estados-Membros envidem mais esforços para sensibilizar o público para sinais físicos e mentais que podem colocar o condutor em risco. Em Portugal, os [condutores de ligeiros](#) já devem apresentar um atestado médico quando revalidam a [carta de condução](#) ao fazerem 60 anos, bem como os de [pesados e de transporte de passageiros](#) até completarem 50 anos. No entanto, a prática difere bastante entre os países da UE.

Para atenuar a falta de motoristas profissionais, os eurodeputados querem alterar as idades para obter carta em algumas categorias ([Mais informações sobre a situação em Portugal](#)). Consideram que os jovens de 18 anos podem obter a carta de condução de camião ou autocarro até 16 passageiros, desde que sejam titulares de um certificado de aptidão profissional. Além disso, os jovens de 17 anos também devem ser elegíveis para uma carta de condução para automóveis ou camiões se acompanhados por um motorista experiente, refere o texto. Para simplificar o reconhecimento das cartas de condução entre os Estados-Membros, os eurodeputados são a favor da introdução de uma carta de condução digital, disponível num telemóvel, e totalmente equivalente à carta de condução física.



Saúde

Em fevereiro, a UE organizou 13 pontes aéreas humanitárias para o Iémen para combater a emergência sanitária

Para dar resposta aos surtos de doenças infecciosas que ameaçam a vida no Iémen e à subsequente emergência sanitária entre a população afetada, a UE [organizou](#) este mês 13 voos de pontes aéreas humanitárias para prestar assistência vital aos civis. Estes voos permitiram aos parceiros humanitários satisfazer as necessidades imediatas da população e apoiar a preparação do Iémen para eventuais surtos futuros de doenças infecciosas como a cólera. Os voos serviram principalmente os aeroportos de Aden e Sana'a, transportando mais de 163 toneladas de ajuda, incluindo medicamentos, vacinas e outros artigos médicos. A ajuda foi canalizada da Europa e das reservas de ajuda da UE no Dubai para o Iémen via Nairobi.

O Iémen vive uma das maiores crises humanitárias em curso no mundo, com cerca de 18,2 milhões de pessoas a necessitar de assistência humanitária e de serviços de proteção. Mais de 4,5 milhões de pessoas foram deslocadas ao longo dos anos, muitas vezes várias vezes, e cerca de 17 milhões de pessoas enfrentam uma insegurança alimentar aguda. A subnutrição também atingiu níveis sem precedentes, entre os mais elevados do mundo. O sistema de saúde está à beira do colapso, com campanhas de vacinação cada vez mais dificultadas por restrições de acesso, o que conduz a surtos epidémicos recorrentes e a doenças transmissíveis, incluindo o sarampo, a poliomielite e a cólera. Desde 2015, a UE contribuiu com quase 1,5 mil milhões de euros para dar resposta à crise.



Tecnologia, Informática e Comunicações

22,9 % das empresas da UE envolvidas em vendas em linha em 2022

Em 2022, 22,9 % das empresas da UE [realizaram](#) vendas em linha, o que representa um aumento de 0,1 pontos percentuais (pp) em relação a 2021 (22,8 %) e de 6,5 pp em relação a 2012 (16,4 %). Entre os países da UE, a percentagem de empresas que efetuam vendas em linha varia consideravelmente. As percentagens mais elevadas foram registadas na Lituânia (38,9%), na Suécia (38,1%) e na Dinamarca (36,7%). Em contrapartida, as percentagens mais baixas foram registadas na Roménia (12,9%), seguida do Luxemburgo (13,4%) e da Bulgária (15,1%). A percentagem de empresas que realizam vendas em linha variou significativamente em função da dimensão das empresas. Em 2022, 45,9 % das grandes empresas da UE realizaram vendas em linha e 30,2 % das médias empresas. Em contrapartida, 20,8 % das pequenas empresas estavam envolvidas em vendas em linha em 2022.



Turismo

Arrendamento de curta duração: Novas regras para um setor mais transparente

As novas regras [visam](#) identificar o impacto real dos serviços de arrendamento de curta duração e permitir que as autoridades locais criem políticas adequadas. O Parlamento Europeu quis promover a harmonização das regras sobre a forma de recolha e partilha dos dados relativos aos serviços de aluguer de curta duração. Esta quinta-feira, a proposta foi aprovada com 493 votos a favor, 14 contra e 33 abstenções. Com a alteração das regras, os eurodeputados pretendem promover uma economia das plataformas transparente e responsável na UE, protegendo simultaneamente os consumidores de ofertas fraudulentas de arrendamento de curta duração.

As plataformas em linha que intermedeiam a prestação de serviços de aluguer de curta duração têm de assegurar o respeito pela obrigação de registo e a partilha de dados para os imóveis situados em zonas onde existe um procedimento de registo. Um simples registo online permitirá às autoridades competentes identificar os anfitriões e as suas unidades, bem como verificar as informações.

As plataformas terão de assegurar que as informações fornecidas pelos anfitriões são fiáveis e completas, assim como envidar esforços para fazer verificações aleatórias das informações. O número de registo deve estar claramente visível em cada anúncio da unidade. As autoridades competentes podem suspender os números de registo, solicitar às plataformas que retirem os anúncios ilegais ou impor sanções a plataformas ou anfitriões que não respeitem as regras.

Mais no Parlamento Europeu:

[Calendário para 2024.](#)



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

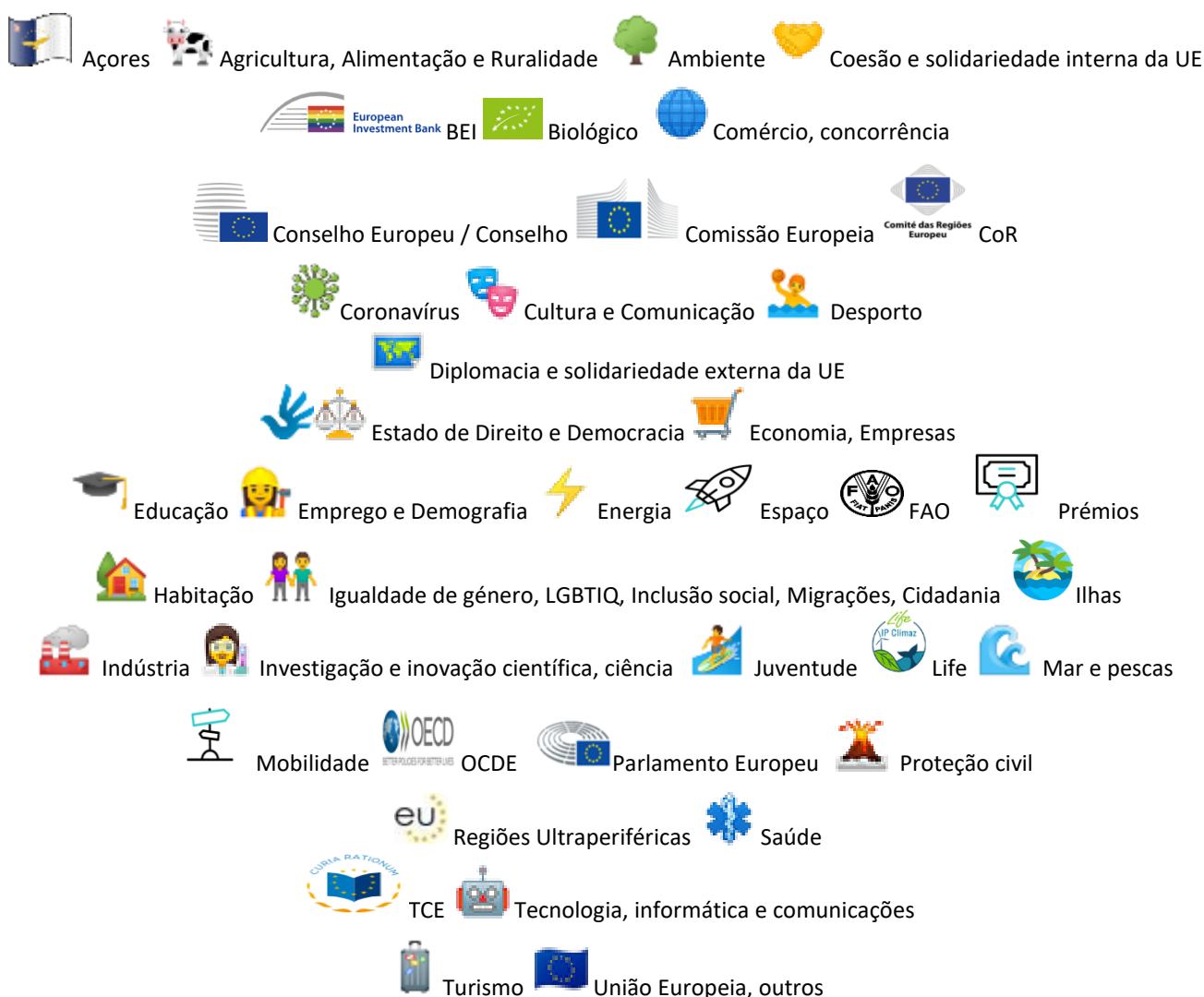


O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa [Política de Privacidade](#) – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!